

Para diretor-presidente da agência, "modelo reativo" deve ser superado

Na semana em que são lembrados o Dia Mundial da Saúde e o Dia Mundial de Combate ao Câncer, o diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Wadih Damous, avalia que o modelo de assistência em saúde focado na reação ao problema e no tratamento de doenças precisa ser superado. “É um modelo reativo.”

Em entrevista à Agência Brasil, Damous considera a prevenção e a promoção da saúde como parâmetros imprescindíveis e propõe diálogo um diálogo mais amplo com o setor no sentido de construir um novo modelo de assistência em saúde. “Até do ponto de vista de quem está no setor e quer garantir a sua lucratividade, barateia custos”.

A ANS é uma agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde responsável pelo setor de planos de saúde no Brasil. De forma simplificada, a regulação pode ser entendida como um conjunto de medidas e ações do governo que envolvem a criação de normas, o controle e a fiscalização do segmento.

O diretor-presidente da ANS defende o letramento em saúde como ferramenta para que beneficiários de planos possam tomar decisões mais conscientes e que as próprias operadoras possam participar desse processo. “Não consigo conceber a saúde suplementar como um mero aglomerado de empresas.”

“Em mais de 700 cidades brasileiras, diversos tipos de câncer já ultrapassaram, num *ranking* macabro, o primeiro lugar tradicional que era das doenças cardiovasculares. E a previsão, também macabra, é que, até 2029, o câncer encabece esse *ranking* de maior incidência de doenças no país”, disse. “Temos que nos preparar pra isso”, completou.

Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista:

Agência Brasil: Esta semana lembramos o Dia Mundial da Saúde. Como o senhor avalia o modelo de assistência em saúde que foca na reação ao problema e no tratamento de doenças?

Wadih Damous: Esse modelo precisa ser superado. É um modelo reativo. E esse não é só o meu ponto de vista, é o ponto de vista de diversos especialistas da área médica, da área da saúde pública aqui no Brasil. Já se chegou à conclusão de que esse paradigma é oneroso e ineficiente. Grande parte das despesas assistenciais das operadoras se concentra no manejo de complicações que são evitáveis ou que são tratáveis desde que corretamente diagnosticadas e com a antecedência necessária, como diabetes, hipertensão, obesidade. E não é assim que acontece.

Nosso entendimento é que a saúde deve ser gerida com inteligência e isso vai exigir, de fato, uma mudança dessa cultura institucional. Entendo também que a gente deve transitar nesse modelo de pagamento por volume que é uma coisa que as operadoras reclamam tanto e que acaba incentivando o excesso de exames desnecessários e partir para a lógica de geração de valor em saúde, por meio de linhas de cuidado planejadas, prevenção. Isso barateia custos, preserva vida e garante uma qualidade de vida melhor.

Agência Brasil: Prevenção e promoção da saúde são hoje fatores inegociáveis para a sustentabilidade da saúde suplementar?

Damous: Como sou dirigente de uma agência reguladora e o meu âmbito é a saúde suplementar, não posso dizer que são inegociáveis. Tudo aqui, no nosso âmbito, se constrói a partir de negociações e diálogo. Mas eu diria que são parâmetros imprescindíveis. O que eu quero é promover um amplo diálogo com o setor, com as operadoras, com as prestadoras, incluindo hospitais, clínicas e afins, no sentido de construirmos esse novo modelo. Sou otimista e acredito que um diálogo baseado em evidências e em que se demonstra que isso, até do ponto de vista de quem está no setor e quer garantir a sua lucratividade, barateia custos. Tenho a esperança de que essa nova visão sensibilize esses setores.

Agência Brasil: Qual a importância do letramento em saúde como ferramenta para que beneficiários de planos possam tomar decisões mais conscientes?

Damous: Essa não é uma questão restrita à saúde suplementar. É uma política pública de saúde que deve ser capitaneada pelo Ministério da Saúde e a ANS deve reverberar. Em que sentido? É um processo de convencimento do setor privado da saúde aqui no Brasil, que envolve mais de 53 milhões de usuários. É um setor imponente, que atinge uma parcela substancial da população brasileira. Precisamos integrar essa campanha de letramento e esclarecer a necessidade da prevenção. Quantas doenças que se tornam letais poderiam ser evitadas se houvesse prevenção?

Convencer as pessoas a fazer exames periodicamente, a ir ao médico de forma periódica, a praticar exercícios físicos e aderir a uma alimentação mais saudável. Tudo isso é letramento em saúde. Agora, isso requer uma campanha bem organizada e que, de fato, traduza, numa linguagem simples, essa necessidade. E convencer as pessoas de que é assim, não é só tomando remédios e providências quando a doença já se instalou no corpo. Para que as pessoas possam entender que a prevenção pode ser a chave para uma vida longa, saudável e com boa qualidade.

Agência Brasil: Qual o papel das operadoras nessa estratégia de letramento em saúde?

Damous: Utilizar seus meios de comunicação, orientar seus credenciados, médicos, consultórios, hospitais, clínicas para que integrem essa campanha e esclareçam seus pacientes. E que isso esteja expresso nos produtos que são oferecidos por meio dos planos de saúde. Isso é algo que, no âmbito da saúde suplementar, quero organizar um projeto e submetê-lo às operadoras para que haja adesão. Para que seja também atraente para elas. Aí sim podemos agir como sistema. Porque eu entendo que a saúde suplementar é um sistema, assim como há o sistema público, há o sistema privado. Não consigo conceber a saúde suplementar como um mero aglomerado de empresas.

Agência Brasil: No início desta semana, foi [publicada uma lei](#) que prevê que empresas disponibilizem informações sobre campanhas de vacinação contra o HPV e sobre cânceres de mama, de colo do útero e de próstata. Quais os impactos dessa nova legislação na saúde suplementar?

Damous: Isso a gente vai ver com o tempo. O presidente Lula sancionou essa lei, inclusive, prevendo, no SUS [Sistema Único de Saúde], a incorporação de tratamentos de imunoterapia. Temos resolução normativa que estabelece e autoriza o tratamento imunoterápico em algumas modalidades de câncer. A lei trata de 40 tipos de câncer – bem mais amplo do que aquilo que está previsto no rol da ANS. Provavelmente, isso será incorporado ao nosso rol de procedimentos. A partir daí, teremos noção do impacto regulatório, do impacto na sustentabilidade do sistema. Mas foi um avanço no SUS e espero que seja um avanço também na saúde suplementar. Estamos tratando de vidas e de saúde.

O câncer, hoje, no Brasil, está crescendo em proporções epidêmicas. Em mais de 700 cidades brasileiras, diversos tipos de câncer já ultrapassaram, num *ranking* macabro, infelizmente, aquele primeiro lugar tradicional que era das doenças cardiovasculares. E a previsão, também macabra, é que, até 2029, o câncer encabece esse *ranking* de maior incidência de doenças no país, o que já acontece em algumas partes do mundo, como países industrializados, países com maior envelhecimento. Temos que nos preparar para isso.

A atuação conjunta entre a saúde suplementar e a saúde pública tem que ter, como um de seus pilares, o combate ao avanço de diversos tipos de câncer.

Agência Brasil: O direito do funcionário ao afastamento para [realização de exames preventivos](#) contribui para a detecção precoce e para a adesão ao tratamento contra o câncer?

Damous: Sem dúvida. Uma das questões que têm produzido esse avanço epidêmico do câncer é a falta de diagnóstico precoce, é o atendimento tardio no SUS e, às vezes, até na saúde suplementar. Muitas vezes, quando o tumor é constatado, já pode ser tarde demais, ele já está em uma fase de letalidade ou de sequelas irreversíveis. Repito: temos que tratar como política pública de saúde, na linha do cuidado e prevenção. Muitos desses tumores poderiam ser evitados, mitigando sua letalidade, se tratados a tempo, com exames periódicos que detectem a moléstia no seu início. Muitos desses cânceres são quase que 100% curáveis se detectados a tempo.

Agência Brasil: Como o senhor vê os debates sobre saúde mental e jornadas de trabalho no âmbito da saúde suplementar?

Damous: A Organização Mundial da Saúde [OMS] tem relatórios, envolvendo o mundo todo, dando conta do aumento de casos – e aumento em grau epidemiológico – de saúde mental, de Burnout em muitos países, gerando episódios de suicídio, de depressão profunda. E isso já se tornou caso de saúde pública. O setor de saúde suplementar não pode estar alheio a essa questão. Nesse sentido, apoiamos integralmente a proposta do governo do fim da escala 6x1, que remete aspectos escravagistas, porque não permite que as pessoas tenham tempo maior de lazer, para passar com a família e com os amigos, para se instruir culturalmente e educacionalmente. Tudo isso diz respeito à saúde mental.

E a saúde física acompanha a saúde mental. Se a saúde mental se deteriora, consequentemente, as diversas doenças crônicas que as pessoas têm acabam se consolidando – hipertensão, diabetes, obesidade. Esse é um debate fundamental, atualíssimo e que deve ser tratado com toda a atenção, a partir de evidências técnico-científicas. Mas devemos ter claro que se trata de uma questão de saúde pública. e a saúde suplementar não pode estar alheia a esse cenário.

Fonte: Agência Brasil, em 08.04.2026

Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil